

■ SANEAMENTO & SAÚDE

MEIO AMBIENTE

Petrobras defende construção de gasodutos na Amazônia

Entidades questionam impacto sócio-ambiental do projeto na floresta

Wilson Nogueira
de Manaus

A Petrobras espera obter a licença do Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho até o final deste ano. Dentro dos próximos 30 dias, a companhia concluirá os estudos que responderão a 23 questionamentos do Ibama sobre prevenção e solução a prováveis impactos sócio-ambientais na região atingida pela obra. O coordenador regional de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras, Nelson Cabral de Carvalho, disse que não há risco de a linha de dutos servir de apoio a migrantes interessados em novas terras na Amazônia.

A ocupação humana ao longo do gasoduto é uma das preocupações de Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas que se opõem ao transporte de gás natural por esse meio na floresta amazônica. Entre as entidades estão a Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Grupo de Trabalho Amazônico, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus, a Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas, a Comissão Pastoral da Terra, o Instituto SocioAmbiental e a WWF.

Carvalho disse que a Petrobras respeita a "visão dos ambientalistas" sobre os riscos de acidentes e ocupação da área, mas sustenta que a companhia tem capacidade tecnológica e experiência em gestão ambiental para reduzi-los a níveis mínimos. Ele explicou que, para instalar os dutos, será aberto um "caminho" na floresta de 30 metros de largura em trechos dos 530 quilômetros entre Urucu, no município amazonense de Coari, e

Porto Velho, a capital de Rondônia. Dois terços dos 1,8 mil hectares de florestas derrubadas serão repostos por reflorestamento.

Destruição de infra-estrutura

Assim que os dutos forem instalados a abertura da floresta será reduzida para apenas sete metros. Todas as pontes erguidas para transportar material e pessoal sobre os rios serão destruídas na hora que a obra for encerrada. "É sabido que nem as estradas abertas no Amazonas atraíram grande número de pessoas. Imaginem um gasoduto, cuja função é transportar combustível", afirmou Carvalho, referindo-se a dificuldade de manutenção das estradas da região em função das chuvas e do relevo pantanoso. Haverá, conforme Carvalho, uma vigilância sistemática para manutenção e prevenção de acidentes, que vai gerar informações sobre a movimentação de pessoas ao longo da linha. "A cada intervalo de 30 quilômetros haverá um posto de observação com aparelhos de comunicação conectados com a base de Urucu", informou.

Carvalho explicou ainda que o gasoduto será instalado a um metro e meio de profundidade, de acordo com o relevo de cada área, para evitar escavações profundas. Pelos rios, o equipamento vai passar a seis metros abaixo do leito e ficará a uma distância de 150 metros das margens. "Não tocaremos nos rios", garantiu.

A mesma tecnologia será utilizada na construção do gasoduto Coari-Manaus, que cruzará um trecho de cerca de 38 quilômetros sob o leito do rio Solimões. Carvalho assegura que, em nível de risco ambiental, o gasoduto é mais

seguro que o transporte por barcas. Para Porto Velho, haveria a necessidade da movimentação de 180 balsas por dia sobre os rios Negro e Madeira. Entre Coari e Manaus, pelos rios Solimões e rio Negro, seriam necessárias 40 balsas por dia. "Isso seria um risco fantástico para os rios da região", afirmou Carvalho.

Impacto social

Outro foco de tensão em torno do gasoduto Urucu-Porto Velho está relacionado a ameaça de impacto negativo na qualidade de vida de comunidades tradicionais (índios e ribeirinhos, principalmente) que dependem da caça, da pesca e de pequenos cultivos de grãos e raízes. Militantes da CPT argumentam que, além da possibilidade de ocupação humana desordenada ao longo do gasoduto, os canteiros de obra afugentam a caça e os peixes. Esse problema, segundo a ONG, ocorreu na comunidade Lira, por onde passou o gasoduto Urucu-Coari, de 280 quilômetros.

O diretor-presidente da Fundação de Política Indigenista do Amazonas, Ademir Ramos, acredita que essas tensões são causadas pela ausência de diálogo da Petrobras com as "lideranças tradicionais". Ramos explicou que nem sempre as ONGs que defendem os índios têm a legitimidade para dialogar. "Antes de tomar qualquer decisão que ameaça as comunidades tradicionais, a Petrobras deveria consultar, prioritariamente, os líderes mais velhos", sugeriu Ramos. Para obter a licença provisória do Ibama para o gasoduto Urucu-Porto Velho, a Petrobras realizou seis audiências públicas em dois anos. "Fizemos tudo dentro da lei", argumentou Carvalho.

Nem as estradas abertas na região atraíram pessoas, diz Carvalho, da Petrobras